

POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS: FOCO
NA INCLUSÃO DIGITAL*

Barbara Coelho Neves**
Maria Couto Cunha***

Resumo: *o artigo trata das políticas públicas implementadas na educação com enfoque para inclusão digital. Tem como objetivo abordar o conceito de política pública na educação considerando a inclusão digital. Para nortear a discussão, desenhou-se objetivos específicos que visaram destacar as principais linhas de pesquisa que abordam políticas públicas educacionais para a inclusão digital; discutir alguns aspectos contextuais do conceito de política pública na educação; e observar as políticas públicas voltadas para inclusão digital na educação. Trata-se de um artigo de reflexão elaborado com o apoio de dados bibliográficos e documentais, podendo ser considerado revisão de literatura em seu aspecto geral. Entretanto, contou com um breve levantamento em banco de dados (BTD-Capes) para identificar as principais linhas de pesquisa do tema na Educação. Tem como principal resultado a agenda das políticas públicas voltadas para a inclusão digital na Educação brasileira desde a década de 1970. Considera-se finalmente, a necessidade de se observar alguns elementos em torno das políticas públicas possíveis de problematização para continuidade da agenda de inclusão digital.*

Palavras-chave: *Políticas Públicas. Política Educacional. Inclusão Digital. Tecnologias.*

* Recebido em: 11.08.2018. Aprovado em: 19.08.2018.

** Pós-Doutora em Ciência da Informação (CI) e Doutora em Educação. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação em CI (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital). *E-mail:* barbaran@ufba.br

*** Doutora em Educação. Coordenadora da Linha Políticas e Gestão da Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail:* mariac@gmail.com

As políticas públicas estão associadas às políticas sociais que, por sua vez, foram construídas a partir da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Desse modo, compreende-se que a agenda de pesquisa deste tema é determinada pelas políticas públicas. Os sujeitos pesquisadores sobre inclusão digital na Educação estão preocupados com as formas de acesso, treinamento e formação, que envolvem os sujeitos investigados com as políticas públicas, os programas e os projetos de inclusão digital, assim como também como ocorrem estes aspectos no contexto escolar.

Compreende-se a inclusão digital como uma categoria de análise, sendo esta “para si” um objeto político. Nessa perspectiva, trata-se de um discurso político materializado em programas, linhas e estratégias de ação, projetos e centros sociodigitais. Como categoria, vale ressaltar que, a inclusão digital vem sendo observada na Educação, principalmente, como política pública. O principal contexto (universo) dos sujeitos que desenvolvem as análises, que tratam de inclusão digital nessa área, tem sido a escola.

Este artigo tem como objetivo principal apresentar um breve mapa das políticas públicas de inclusão digital na Educação. Especificamente, procurou-se destacar as principais linhas de pesquisa brasileiras que abordam políticas públicas educacionais para discutir a inclusão digital; discutir alguns aspectos contextuais do conceito de política pública na educação; e observar as políticas públicas voltadas para inclusão digital na educação.

As linhas de pesquisa que tratam de inclusão digital na Educação foram levantadas, de forma simples, no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹. As palavras utilizadas para recuperar os trabalhos foram: “inclusão digital” + “educação” + “política pública”. Acessando os títulos das pesquisas recuperadas, que continham os termos indicados acima, foi possível apreciar os campos descritores dos trabalhos, dentre eles, as linhas de pesquisa sinalizadas pelos autores. Estas informações são fornecidas ao BTD por meio da Plataforma Sucupira. Vale ainda salientar que procurou-se recuperar somente teses defendidas sobre políticas públicas e que abordassem inclusão digital na educação entre os anos de 2000 a 2017.

Desse modo, a seção a seguir apresenta as principais linhas de pesquisa que tratam de políticas públicas para inclusão digital na Educação brasileira. As seções subsequentes demonstram o conceito de política, o conceito de política pública e um quadro das po-

líticas voltadas para inclusão digital na educação, respectivamente. Por fim, as considerações finais remontam os principais destaques deste trabalho e os novos apontamentos para continuidade dessa agenda.

PRINCIPAIS LINHAS DE PESQUISA BRASILEIRAS QUE ABORDAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO COM ÊNFASE NA INCLUSÃO DIGITAL

No que tange as políticas públicas o foco da preocupação dos pesquisadores é direcionado para os programas e projetos de inclusão digital. As principais linhas que estudam políticas públicas e abordam questões relacionadas à inclusão digital são: - Políticas Públicas e Educação; - Linguagem; e - Currículo e (In) Formação, segundo as teses recuperadas na BTD Capes.

A linha Políticas Públicas e Educação da UFMG possui trabalhos que discutem a inclusão digital, preocupando-se com a formulação, implementação e avaliação das políticas em alguma dessas fases. Os trabalhos pretendem trazer análise dos fundamentos políticos, históricos, filosóficos, sociológicos e pedagógicos das políticas públicas educacionais. A ênfase dos estudos compreende a avaliação de programas, projetos e propostas educacionais governamentais e comunitárias para a educação.

Percebe-se também linhas que se preocupam com o olhar dos formuladores de políticas públicas para os aspectos formativos dos sujeitos envolvidos nos programas de inclusão digital, exemplo disso, a linha Linguagem da UFJF. Os trabalhos dessa linha trazem o debate focalizado nas políticas públicas para discutir os processos de produção de linguagens, identidades culturais e práticas educativas em contextos de inclusão digital.

A linha Currículo e (In) Formação da UFBA estuda as relações entre, currículo, trabalho, conhecimento, cultura e comunicação nos seus aspectos epistemológicos, históricos, sócio políticos, institucionais e psicopedagógicos. Os trabalhos de inclusão digital sob esta linha compreendem seu objeto como movimento social, resultante de aspectos políticos na sociedade contemporânea, entendendo a prática educacional como base instituinte.

Desse modo, é importante neste artigo se deter um pouco na conceituação de política pública.

O CONCEITO DE POLÍTICA

Concorda-se com Araújo e Almeida (2010) quando destacam que, antes de tudo, é importante refletir sobre o que é política. Para muitas pessoas, esta palavra evoca imagens de campanhas eleitorais, partidos, propagandas, poluição visual às vésperas de eleição.

Política é uma palavra que tem significados variados. Desse modo, não é possível simplesmente reduzir o seu significado ao processo eleitoral, como também a relação que envolve os candidatos ao poder, ou mesmo a partidos políticos. É preciso identificar sua definição e compreender os diversos contextos e práticas de seu conceito social, considerando seu processo histórico.

Política é a habilidade para tratar das relações humanas com o objetivo de obter os resultados desejados (JENKINS, 1978). De acordo com o dicionário Aurélio Buarque de Holanda política é a ciência dos fenômenos referentes ao Estado. Trata-se também de um sistema de regras relativas à direção dos negócios públicos. A definição de política coloca-nos diante de três aspectos: relações humanas direcionadas para resultados desejados, estudo dos fenômenos do Estado e sistema de regras que envolvem o aparato do estado, como também a “coisa (rés) pública”.

A definição mais detalhada deste dicionário (FERREIRA, 1999), apresenta três tipos principais de poder que envolvem as relações políticas são:

- o poder ideológico (influencia ou imposição de ideias de uma pessoa sobre a outra);
- o poder econômico (a consideração de certos elementos necessários ou considerados como bens em negociação entre os que têm e os que não têm);
- o poder político (baseia-se na posse de aparatos que permitem, de forma legítima, o uso da coação, ou seja, o uso da força física por alguém investido de autoridade).

Nesse sentido, o termo política se refere hoje, especialmente, “[...] ao conjunto de atividades, que, de alguma maneira, são atribuídas ao Estado moderno, ou que dele emanam” (ARAÚJO; ALMEIDA, 2010).

As acepções a seguir demonstram uma noção da evolução do conceito de política, considerando os aspectos históricos e sociais de seu tempo. Os conceitos descritos no documento da Organización de

Estados Iberoamericanos (OEI), em 2014, fornecem uma noção da evolução do conceito de política, considerando os aspectos históricos e sociais de seu tempo, retratado como:

- Easton (1953 apud MADRID, 2014) considera “[...] uma política (policy) uma teia de decisões que alocam valor”. Mais especificamente, Jenkins (1978 apud MADRID, 2014) vê política como um “[...] conjunto de decisões interrelacionadas, concernindo à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada”.
- Segundo Hecló (1972 apud MADRID, 2014), o conceito de política (policy) não é “auto-evidente”. Ele sugere que “[...] uma política pode ser considerada como um curso de uma ação ou inação (ou “não-ação”), mais do que decisões ou ações específicas”.
- Wildavsky (1979 apud MADRID, 2014) lembra que o termo política é usado para referir-se a um processo de tomada de decisões, mas, também, ao produto desse processo.

Para facilitar a busca pela interpretação do conceito de política, uma forma de resumir as características do conceito é por meio destes três elementos encontrados na Madrid (2014):

- uma teia de decisões e ações que alocam (implementam) valores;
- uma instância que, uma vez articulada, vai conformando o contexto no qual uma sucessão de decisões futuras será tomada;
- algo que envolve uma teia de decisões ou o desenvolvimento de ações no tempo, mais do que uma decisão única localizada no tempo.

Esses conceitos foram destacados pela Organização de Estados Iberoamericanos (OEI) e demonstram uma ideia da evolução conceitual desde a primeira acepção elaborada pelo filósofo grego, Aristóteles (*apud* MADRID, 2014) sendo “[...] política a ciência que tem por objetivo a felicidade humana e divide-se em ética (que se preocupa com a felicidade individual do homem na Cidade-Estado, ou polis), e na política propriamente dita (que se preocupa com a felicidade coletiva)”.

O CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA E ALGUNS ASPECTOS CONTEXTUAIS NA EDUCAÇÃO

Os estudos sobre política pública surgiram nos anos de 1960 no campo da Ciência Política. Trata-se de um termo de interesse

de áreas que, em algum momento, tem como foco as questões sociais ou que envolvem governo, Estado e sociedade. Exemplo disso, tem-se as políticas públicas da saúde, da educação, de informação, dentre outras.

Ao pensar em políticas públicas é necessário levar em consideração a semântica das palavras em debate. Desse modo, políticas públicas são definidas como: “[...] exame conjunto de um assunto, questão ou problema [...] luta e defesa de uma causa [...] exposição de razões” e diálogo “[...] fala em que há a interação entre dois ou mais indivíduos [...] contato e discussão entre duas partes em busca de um acordo [...] troca de ideias, discussão de pontos de vista ou contatos diplomáticos (entre representantes de grupos, nações etc.)” (HOUAISS, 2015, p. 121).

A política pública é o debate. Esse debate gera e media o “conflito”, mencionado por Rua (1998). Eis, neste contexto, a importância do debate como gerador e mediador de políticas públicas entre o governo, o Estado e a sociedade. A essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Assim, uma política pública recebe este adjetivo, se esta tem a intenção de responder a um problema público (SECCHI, 2010).

De acordo com Rua e Carvalho (1998, p.1, grifo dos autores), as “[...] políticas públicas (policies), por sua vez, são outputs, resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores” De acordo com Bobbio (2009), a sociedade representa o lugar onde se formam, principalmente nos períodos de crise institucional, os poderes de fato que tendem a obter uma legitimação própria, inclusive em detrimento dos poderes legítimos. É na sociedade onde é possível deslegitimar ou relegitimar a política pública.

A política pública é a relação de poder entre atores sociais e agentes de poder. Como compreende Boneti (2011), as políticas públicas são as ações que nascem do contexto da sociedade, perpassam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública em uma realidade social, visando investimento ou regulamentação administrativa.

No contexto da ação, as políticas públicas podem ser divididas em três tipos: distributivas, redistributivas e regulatórias.

Quadro 1: Tipos de Política

TIPO DE POLÍTICA PÚBLICA	CONTEXTO	EXEMPLO
Distributivas	Objetivos pontuais relacionados ao oferecimento de serviços do estado e equipamentos. É financiada pela sociedade por meio de um orçamento público que beneficia grupos pequenos ou indivíduos.	A doação de cadeiras de rodas para deficientes físicos.
Redistributivas	Redistribuir a renda em forma de financiamento em serviços e equipamentos e na forma de recursos. Financiada pelas camadas mais altas da sociedade.	Programas habitacionais para população de baixa renda.
Regulatórias	São criadas para avaliar alguns setores no intuito de criar normas ou implementar serviços e equipamentos. É responsável pela normatização das outras duas. Relacionada à legislação.	Limitação das vendas de determinados produtos.

Fonte: Elaboração das autoras a partir de Boneti (2011) e Neves e Aguiar (2017).

Boneti (2011) argumenta que no contexto contemporâneo, a elaboração e estabelecimento de políticas públicas vão depender de fatores preponderantes. São estes:

- Interesses da expansão do capitalismo internacional (comandado por conglomerados de empresas e elites globais). Estes atores lançam mão de estratégias, visando angariar poderes para interferir no caráter e na operacionalização das políticas públicas de países periféricos. Isso é feito principalmente de duas formas: 1) praticados por meio de amarras e dependência econômica; 2) e por meio dos parâmetros avaliativos e indicadores internacionais, a exemplo dos que são impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para acesso à financiamentos para educação.
- Interesses originados nas classes dominantes (elite que exerce poder e papel global) e nos variados segmentos que compõem a sociedade civil. Organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, dentre outros, exercem papel de agentes confrontantes.
- Interesses originados do local terminam por condicionar a efetivação das políticas públicas do que a elaboração destas.

As principais formas de o Estado atual, em crise de governança e governabilidade, intervir na sociedade são por meio da legislação e de políticas públicas, tratando-se a primeira de ordem decisória política e, a segunda de uma política de característica pública (NEVES, 2017). Em consonância com Boneti (2011), a formulação de políticas públicas na atualidade depende, portanto, dos agentes de poder (elites) em diálogo, a partir dos fatores de interesses, com o Estado disputam os recursos públicos.

Ao trazer esta discussão para o cenário brasileiro, observa-se que, a partir dos anos de 1990, foi iniciado no Brasil um processo de ajuste do projeto político nacional à nova ordem mundial. Isso implicou, entre outras mudanças, a redefinição do papel do Estado na educação, inclusive na elaboração das políticas públicas de formação de professores a nível superior (LEAL, 2014). Com isso, em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) iniciou o seu governo convicto de que o Estado deveria estar preparado para se adaptar ao mundo do trabalho, educação, consumo e de produção de produtos e serviços expressados por influências neoliberais, avanços tecnológicos e pela globalização. Essas mudanças impactariam fortemente na Educação, nas suas variadas modalidades de ensino, da escola à universidade.

As reformas implementadas por FHC no âmbito da educação brasileira, principalmente no que tange ao ensino básico, foram respaldadas em políticas neoliberais e na reforma internacional que seguem orientações dos organismos multilaterais (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a sua apropriação pelo sistema educacional foram enaltecidos nas políticas públicas educacionais como estratégias para formação inicial de professores, em serviço e formação continuada, prioridade do Ministério da Educação e Cultura (MEC) nesse período (LEAL, 2014). Uma das principais políticas públicas neste sentido foi o Programa Sociedade da Informação, registrado no conhecido Livro Verde. A oficialização da inserção do Brasil nesse novo contexto envolveu a necessidade de participação mais ofensiva na ordem mundial contemporânea, considerando um caráter de inclusão, por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999, em Brasília, cuja finalidade substantiva é: [...] alcançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade (BRASIL, 2000, p. 5).

Dando seguimento, a política do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) tem destaque, por um lado, pela busca de uma educa-

ção voltada para “de resultados”, e de outro lado, pelo caráter de regulação do sistema educacional, herdado em grande parte do governo do FHC. Em tese é inegável o crescimento e expansão do ensino superior e implemento de parques tecnológicos que dialogam com empresas e universidades a partir do aporte de recursos públicos até meados do ano de 2016.

Nesse contexto, para a educação sair de um período de autoritarismo e centralização – herdados do seu passado histórico e passar para um nível concreto de maior participação de outros segmentos da estrutura do Estado, assim como da sociedade, no estabelecimento e desenvolvimento dessas políticas –, tornou-se um complexo exercício na configuração dos sistemas educacionais (CUNHA, 2006).

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

Também é possível se perceber a associação do conceito de inclusão digital à informatização da sociedade, quando observamos as políticas públicas de informação desenvolvidas no País.

Uma política pública não é apenas um conjunto de decisões, pois é concebida, formulada e implementada a partir de atores sociais diversos que se relacionam e influenciam mutuamente em um ambiente de conflitos e coalizões. Nesse contexto, embora que a partir do Programa Sociedade da Informação no Brasil, a infraestrutura tenha em parte sido contornada pela informatização massiva, o lado integrativo dessa ação se encontra débil no que tange a participação de todas as esferas da sociedade (NEVES; FREIRE; SUAIDEN, 2018).

Sobre a importância de participação da sociedade no contexto das políticas públicas, completa Cunha (2006, p. 2):

Os resultados do processo de transição política a partir da saturação do regime militar instalado em 1964 no Brasil têm colocado os conceitos de democracia e descentralização no centro das discussões políticas e acadêmicas, ratificando-os como valores necessários à cristalização dos ideais de participação da sociedade na formulação e execução das políticas públicas.

Para falar de política pública no campo da Educação, não demos deixar de citar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que serviu de inspiração para as principais leis na educação brasileira.

Criado em 1932, trata-se de um dos principais documentos que conferiu direcionamento político por meio da definição do que seriam as principais metas educacionais.

Outro marco, diz respeito às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a saber: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e confere outras providências; e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No que tange ao acesso às tecnologias, associando à inclusão digital, o art. 80 da LDB (BRASIL, 1996) prever as tecnologias educacionais como instrumentos democratizantes, fortalecedores da promoção de justiça social, permitindo que o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, dê-se realmente segundo a capacidade de cada um, conforme versado no inciso V do art. 208 da Carta Política (ARAÚJO, 2012).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) compreende que a “brecha digital”, (digital divide) ou exclusão digital, refere-se à lacuna (gap) entre indivíduos, famílias, negócios e áreas geográficas em diferentes níveis socioeconômicos com atenção tanto a suas oportunidades de acessarem tecnologias de comunicação e informação quanto ao uso da Internet para uma ampla variedade de atividades, inclusive a educacional (OECD, 2012).

O Plano Nacional da Educação (PNE) 2001-2011, aprovado pela Lei N.10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2014), confere destaque à modalidade educação a distância (EaD) juntamente com as tecnologias educacionais e a atualização e aperfeiçoamento dos professores do ensino fundamental, apontando para o grande auxílio da TV Escola, do vídeo, do rádio e do computador como instrumentos pedagógicos. Em contraponto, Lima e Batista (2015) apontam que tais aparatos são importantes instrumentos pedagógicos que auxiliam, mas não substituem, as relações de comunicação e interação entre o educador e o educando. Desse modo, verifica-se que, embora este momento do PNE tenha representado uma ampliação dos aparatos multimeios nos contextos educacionais, a preocupação tem passando sempre pela distribuição de equipamentos, infraestrutura e, em menor escala pela capacitação docente.

O modo como as TIC foram consideradas no Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que cujas considerações foram utilizadas como sustentáculos para a elaboração das diretrizes e

estratégias de ação do novo PNE (2014-2024), destaca a importância do uso das TIC como recursos pedagógicos.

O PNE mais atual considera as tecnologias educacionais como uma estratégia na Meta 7. Tendo como foco incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas (JEDUCA *et al.*, 2013).

As políticas voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias são dispersas e não evidenciam resultados consistentes, em nível nacional. Os diversos programas federais voltados para o apoio técnico e financeiros às etapas e modalidades da educação básica guardam algum ponto de contato com o objetivo dessa estratégia, quando promovem a elaboração e a distribuição de materiais didáticos, por exemplo (MARTINS, 2015 *apud* JEDUCA *et al.*, 2013). Não há, porém, ações sistemáticas de seleção e certificação de tecnologias. O incentivo ao uso de softwares livres e recursos educacionais abertos ainda é uma questão indefinida, considera ainda o autor.

Zuin (2010) observa que à relação entre tecnologia, informação e comunicação são referenciadas no Documento Referência da CONAE de forma relevante aos aspectos técnicos, contudo, demonstrando certa ausência a respeito das ressignificações que as inovações tecnológicas determinam na infância, na inclusão e exclusão digital-social e nos processos educacional e formativo.

Nos trabalhos de Bettega (2004), Tajra (2013) e nos sítios do governo brasileiro, especialmente do MEC, é possível perceber que o Brasil tem apostado no direcionamento europeu para desenvolver suas ações políticas voltadas para inclusão digital na educação. Todas as suas ações são dirigidas para a capacitação de alunos e professores, visando à autonomia e às adequações das realidades dos sujeitos envolvidos nos planos pedagógicos. Pelo menos na teoria, há uma tendência na realidade escolar de associar a implementação da informática à proposta pedagógica.

A fim de garantir o progresso técnico-científico, investe-se na reforma dos sistemas educacionais, pois à escola atribui-se o papel de formadora dos recursos humanos que essa nova sociedade – moderna – necessita para funcionar. À educação não cabe outra finalidade além de

potencializar a estrutura de produção do país. Para tanto, adota-se o progresso técnico-econômico como elemento central para a orientação dos processos educacionais, seguindo as políticas que os organismos, empresas e instituições internacionais – em especial as do *Banco Mundial* (BIRD) – adotam para a América Latina (BONILLA; PRETTO, 2000).

Desse modo, a política pública na educação, direcionada à inclusão digital, está voltada para ações de informatização da escola. É a chamada política de informática na educação. Esse fato não é isolado se levarmos em consideração as políticas públicas nacionais para inclusão digital, que também estão voltadas para informatização da sociedade.

No tocante a política pública de informática na educação, as primeiras ações do governo brasileiro datam do início da década de 1980. Entretanto, como sinalizado por Moraes (1997), Bonilla e Pretto (2000), as raízes dessas ações encontram-se na década de 1970, com o aquecimento da produção acadêmica advindos das universidades. Eventos acadêmicos e artigos foram publicados abordando sobre o uso de computadores no ensino aprendizagem, com o envolvimento das instituições de ensino, a exemplo da UFRGS, UFRJ, UNICAMPI, UFMG e UFPE.

Nesse contexto, as propostas, os programas, as ações e os projetos – oriundos de políticas públicas – mais atuais (BRASIL, 2012; JEDUCA, 2013; SEMEC, 2018), e voltadas para inclusão digital na educação são:

Quadro 2: Mapa das políticas públicas voltadas para inclusão digital na Educação

POLÍTICA PÚBLICA	TÍTULO DA AÇÃO	MANTENEDOR/ ENVOLVIDOS	ANO DE CRIAÇÃO	LINHAS DE AÇÃO	RESULTADOS
Projeto	Projeto Brasileiro de Informática na Educação – EDUCOM	MEC, da SEI, do CNPq, Finep e Embratel	Pensado em 1981; criado em 1983; oficial em 1984.	Desenvolver discussões e fomentar ações para levar computadores às escolas públicas. Implementação de centros pilotos.	Em um período de cinco anos, produziu 4 teses de doutorado, 17 dissertações, 5 livros, 165 artigos, mais de 200 conferências e palestras, além de cursos de extensão, especialização e treinamento de professores.
Programa	Centros de Informática Educacional – CIEs	Articulação entre o MEC e as Secretarias estaduais de educação.	1886 e 1987	Cursos de formação de professores	Atender mais 100 mil usuários. Criação de 2 projetos: CIEs e Formar.
Programa	Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE	Secretaria Nacional de Educação Tecnológica/ MEC Secretaria Especial de Informática (SEI) do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)	1989	Incentivar a capacitação contínua e permanente de professores, técnicos e pesquisadores no domínio da tecnologia de informática educativa, em todos os níveis e modalidades de ensino.	Definiu um modelo de organização e funcionamento para a capacitação das atividades em todas as áreas da educação nacional. Produção de sistemas do tipo ferramenta, e a aquisição de softwares educativos por parte dos órgãos públicos.

continua...

continua...

Ação	Internet no Brasil	FAPESP/SP, UFRI/RJ e LNCC/RJ - RNP	1988-1989	Ampliar a infraestrutura e a velocidade de transferência.	O desenvolvimento de novas gerações de rede e a criação do Comitê Gestor da Internet (CGI).
Programa	Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO	Secretaria de Educação à Distância (SEED-MEC) em parceria com governos estaduais e municipais, com patrocínio do BIRD.	1997	Introduzir as TIC nas escolas públicas de ensino médio e fundamental.	Criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) e dos Centros de Experimentação em Tecnologia Educacional (Cete). Capacitação de professores. Até 2013 foram implementados 108.481 laboratórios.
Programa	Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	MEC por meio da Secretaria de Educação Especial/SEESP	2007	Disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado.	Foram implementadas 39.301 segundo dados do SIMEC.

continua...

Programa	Banda Larga nas Escolas	Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.424 em conjunto pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em parceria com o Ministério das Comunicações (MCOM), o Ministério do Planejamento (MPOG) e com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.	2008	Conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no País.	Segundo documento Informativo do MEC, foi registrado em 2010 que o programa já havia conectado mais de 42 mil instituições de ensino. Segundo SIMEC o total é 65.540 escolas contempladas.
Programa	Um Computador por Aluno (PROUCA) I e II	Presidência da República com o MEC (projeto inspirado no de Negroponte realizado nos EUA).	2010	Promover a inclusão digital, pedagógica e social mediante a aquisição e a distribuição de computadores portáteis em escolas públicas, em escala piloto de teste e avaliação.	Fornecimento de microcomputadores para todas as crianças das escolas participantes (preço R\$550,00); Banda larga e infraestrutura sem fio (teóricos). Capacitação de professores.

Fonte: Elaboração pelas autoras (2018).

Desse modo, as linhas de pesquisas que se debruçam nas discussões sobre políticas públicas de inclusão digital na Educação, não podem deixar de considerar a evolução das propostas de informatização da educação. Como é possível perceber no quadro das principais políticas nesse setor, os resultados mostram avanços e desafios. Como é o caso do programa PROUCA, conforme sinalizam Egler e Costa (2012, p. 13):

Na análise desse programa foi possível observar novas necessidades, como: diversificar o planejamento das aulas, pesquisar na Internet o conteúdo da disciplina, ampliar as informações e fontes de conhecimento. A constante atualização dos professores, exigida pela inserção de um recurso tecnológico tão dinâmico em sua rotina de trabalho, se constitui em desafio no aprimoramento e revisão dos conteúdos disciplinares e promove desafios para repensar a forma de ensinar.

Diante desse cenário é possível destacar que, de todas as políticas públicas e programas apontados, o PROUCA é o que mais apresenta na sua proposta os aspectos inerentes da inclusão digital. Como disse o Preto (2006), quando se fala em acesso, imediatamente nos vem à mente a chamada inclusão digital. No entanto, isso é muito mais do que ter acesso às máquinas. É o exercício da cidadania na interação com o mundo da informação e da comunicação. Ou seja, como pontuado em outro trabalho (NEVES, 2017), é preciso muito mais que acesso aos computadores e à internet para ser denominada inclusão digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da perspectiva do tema políticas públicas, os trabalhos situados nas linhas de pesquisa que abordam políticas públicas na educação encontraram no PROUCA um potente leque de problemáticas para discussão, a exemplo de: Política pública de tecnologia para a educação; Políticas estratégicas de gestão e novas pedagogias; Políticas públicas de governo voltadas para o uso do computador na educação.

Percebe-se que os documentos que registram as políticas públicas educacionais, que abordam tecnologia e inclusão digital na educação, demonstram uma série de pertinentes considerações sobre a importância da ampliação da chamada educação tecnológica. Tais

políticas destacam, sobretudo, o incentivo a implementação dos laboratórios de informática nas escolas e o uso de computadores por professores e estudantes das instituições de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, nota-se a ausência de uma reflexão e o uso consciente a partir da ressignificação dos aparatos tecnológicos utilizados em atividades pedagógicas. Falta ainda uma apropriação mais envolvida com as realidades vivenciadas por professores e alunos, por parte dos atores envolvidos que formulam de forma mais direta as políticas públicas educacionais neste contexto.

Do ponto de vista da continuidade da agenda de inclusão digital na educação, acredita-se que somente com uma participação mais efetiva dos agentes sociais e dos canais de escuta mais desenvolvidos, principalmente, os professores, sobre a forma como as TIC determinam os rumos dos atuais processos de ensino e aprendizagem, será possível dar luz à necessária discussão sobre o papel da tecnologia como processo social que reconfigura a inclusão digital na educação.

PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES: FOCUS ON THE DIGITAL INCLUSION

Abstract: the article deals with the public policies implemented in education with a focus on digital inclusion. It aims to approach the concept of public policy in education considering the digital inclusion. To guide the discussion, specific objectives were designed, which aimed to highlight the main lines of research that address public educational policies for digital inclusion; Discuss some contextual aspects of the concept of public policy in education; And observe the public policies focused on digital inclusion in education. It is an article of reflection elaborated with the support of bibliographical and documentary data, being able to be considered review of literature in its general aspect. However, it had a brief database survey (BTD-Capes) to identify the main research lines of the theme in Education. Its main result is the agenda of public policies focused on digital inclusion in Brazilian Education since the 1970s. Finally, it is considered the need to observe some elements around the possible public policies of problematization for the continuity of the digital inclusion agenda.

Keywords: *Public Policies. Educational politics. Digital inclusion. Technologies.*

Nota

- 1 O banco visa facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país. A ferramenta permite a pesquisa por autor, título, palavras-chave e linha de pesquisa.

Referências

ARAÚJO, D. S.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de. Políticas educacionais: refletindo sobre seus significados. *Educativa*, Goiânia, v. 13, n. 1, p.1-15, dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1247/863>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ARAÚJO, T. C. D'Á. Tecnologias educacionais e o direito à educação. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3395, 17 out. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22819>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BETTEGA, M. H. S. *Educação continuada na era digital*. São Paulo: Cortez, 2004.

BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BONETI, L. W. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Unijui, 2011.

BONILLA, M. H.; PRETTO, N. *Políticas brasileiras de educação e informática*. 2000. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~bonilla/politicas.htm>>. Acesso em: maio 2017.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2012). Portaria no 68, de 9 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a ampliação da participação das escolas do campo no Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, por meio do Pronacampo. *Portaria: Ministério da Educação*. Brasília, DF: Dou, 9 jan. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/1743719/Downloads/portaria_68_de_09_de_novembro_de_2012.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2017.

BRASIL. *Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996*: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Autor, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Senado Federal. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/doc/pne-2014-20241.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

BRASIL. *Sociedade da informação: ciência e tecnologia para a construção da sociedade da informação no Brasil*. Brasília, 2000.

CUNHA, M. C. A descentralização da gestão da educação e a municipalização do ensino como temas de estudos recentemente produzidos no Brasil. In: 29ª Reunião Anual da Anped, 2006, Caxambu. *Anais... 29ª Reunião Anual da Anped - Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: Desafios e Compromissos*. Caxambu: Anped, 2006.

EGLER, T. T. C.; COSTA, A. dos S. Vitorino. Interação social e tecnologia na escola. In: SAMPAIO, F. F.; ELIA, M. da F. (Orgs.). *Projeto um computador por aluno: pesquisas e perspectivas*. Rio de Janeiro: NCE/UFRJ, 2012.

FERREIRA, A. B. de H. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, A. *Pequeno dicionário houaiss da língua portuguesa*. Editora Moderna,

2015.

JEDUCA, Associação de Jornalistas de Educação - et al. *Observatório do PNE*. 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/estrategias/7-12-tecnologias-educacionais>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

JENKINS, W. I. *Policy analysis: A Political and Organizational Perspective*. Oxford: Martin Robertson, 1978.

LEAL, W. P. Tecnologias e educação a distância nas políticas públicas de formação de professores: o habitus professoral na Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). *Soc. Estado*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 310-311, Apr. 2014.

LIBÂNEO, C. J.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, D. C. P. B; BATISTA, T. C. S. Plano nacional de educação e as tecnologias da informação e comunicação: trajetória e desafios para a formação dos jovens da educação básica. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 36, p. 85-101, jan./abr. 2015.

MADRID. Organización de Estados Iberoamericanos. OEI. *Metodología de análise de políticas públicas*. 2014. Disponível em: <<https://www.oei.es/historico/salactsi/rdagnino1.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MORAES, M. C. Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, n. 1, 1997.

NEVES, B. C. *Tecnologia e mediação*. Curitiba: CRV, 2017.

NEVES, B. C.; AGUIAR, N. C. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. *Informação & Sociedade: Estudos*, Paraíba, v. 27, n. 3, p.1-21, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/33296>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

NEVES, B. C; FREIRE, I. M.; SUAIDEN, E. J. Conscientização da metamorfose: discussão sobre os conceitos de inclusão e integração no âmbito da inclusão sociodigital. *Comunicações*, [s.l.], v. 25, n. 2, p.3-27, 30 jul. 2018. Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15600/2238-121x/comunicacoes.v25n2p3-27>>.

OECD - Organization for Economic Co-Operation and Development. *Understanding the digital divide*. 2012. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PRETTO, N. L. Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. *Liinc em Revista*, v.2, n.1, março 2006, p. 8-21. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: jun. 2017.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (Org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF>. Acesso em: 24 fev. 2017.

RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. V. Análise das políticas públicas: conceitos. *Revista CTS*, n. 15, v. 5, set. 1998.

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIMEC. *Painel de Controle do MEC*. 2018. MEC. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

TAJRA, S. F. *Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade*. São Paulo: Érica, 2013.

ZUIN, A. A. S. O Plano Nacional de Educação e as tecnologias de informação e comunicação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 961-980, jul.-set. 2010.